

Fatura virtual no SNS. Para quando?

Ficámos a saber que os setores privado e social, vão receber por doente Covid um valor que varia entre os dois mil e quinhentos e os oito mil euros, de acordo com a gravidade da situação (regime de enfermaria, internamento em unidade de cuidados intensivos e tempo de permanência neste regime). Dirão alguns, uma pipa de massa! Outros, talvez não seja assim tanto dado os custos atuais dos atos médicos. Uma coisa parece certa, se foi este o preço acordado entre o Ministério da Saúde e privados é porque serve a ambas as partes e, seguramente, não nasceu do nada.

Sabíamos que a medicina tem um custo, o risível está em ter sido necessário ocorrer uma pandemia infecciosa para que a ponta do véu da fatura se levantasse. Isto, apesar de sabermos que o aumento percentual do PIB em Saúde vem sendo, teimosamente, superior ao crescimento do PIB global. Situação que, por razões óbvias, vai agravar-se com a pandemia Covid, pondo ainda mais em causa a universalidade e a equidade no acesso a cuidados de saúde.

Não se pense que a falta de literacia em Saúde só se verifica nos leigos, como é caso do doente, ingénuo, que numa consulta do SNS nos diz que determinado clínico lhe fez aquele exame ou lhe prescreveu determinado medicamento, numa consulta a pagar. Como se o que é público fosse de graça e de má qualidade, sendo necessário desembolsar na hora para se ser bem atendido. É lamentável, mas há que reconhecer que a falta de conhecimento sobre a composição dos preços em saúde é transversal à sociedade, profissionais e decisores políticos incluídos.

Os que, como é o caso, defendem o modelo de Serviço Nacional de Saúde que temos, não por razões de “superioridade moral” mas por entenderem que a matriz “beveridgiana” é a que mais se adequa à riqueza do País, dando mais garantias de universalidade e equidade na prestação de cuidados de saúde com qualidade, não devem desconhecer que há custos que são gerados e suportados pela sociedade que não podem ser ignorados. Não basta recusar, por abjeto, o conceito sintetizado na frase “quem quer saúde paga-a”, é sim necessário saber-se como vamos proceder para que tal não venha a suceder no futuro.

Uma das medidas que me parece consensual é a da instituição da fatura virtual a todos os níveis do SNS. Não com o objetivo central de conter custos, mas com um fim pedagógico: para que o utente/doente, sociedade em geral, saibam valorizar o esforço coletivo no contributo para um modelo de saúde inclusivo, aprendendo a valorizá-lo. Pode parecer não ser este o tempo adequado para o fazer, lembro porem que a paz se prepara em tempo de guerra.

Jorge Almeida

Cardiologista, Hospital São João